

## TIGRE DE PAPEL: O MITO DA DEMOCRACIA DA RAINHA

Há um pensamento recorrente de que a educação formal é fundamental para uma sociedade e que a democracia é um fim a ser atingido. E esse olhar de mundo, criado e disseminado nas ex-colônias pelos ideários ocidentais metropolitanos, não faz sentido para diversos povos. A partir do resgate de obras de pensadores indígenas sul americanos do século XVI, como Guama Poma e sua proposta de interculturalidade com os governos imperiais espanhóis, antes mesmo de existir o conceito de interculturalidade, venho neste artigo questionar a posição de que a ideologia “educação – democracia” seja o melhor caminho para o aprimoramento das sociedades humanas. Sobre a educação formal, podemos afirmar que ela é importante, isso não se discute. Entretanto, meu questionamento recai sobre a afirmativa de que ela é fundamental.

Afinal, no planeta em que vivemos, ainda hoje existem florestas nativas e água em ótimo estado de qualidade, junto aos povos indígenas e comunidades tradicionais, segundo dados do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). Esses povos geralmente não são educados conforme as diretrizes do ensino formal. Isso não quer dizer que não reflitam e não queiram compreender os fenômenos e aprimorar seus conhecimentos em relação a técnicas cotidianas e o convívio em seus territórios.

Por outro lado, a Califórnia, por exemplo, estado norte americano que possui grandes universidades, nomes de peso para as ciências e os cidadãos, tem em média uma boa educação. Contudo, está passando agora por uma crise hídrica sem precedentes. Sem água não há sociedade e não se produz conhecimento. O mercado global, feito de pessoas bem educadas, chama a água de “ouro azul”. A Europa, que por sinal tem as melhores escolas e universidades do mundo, terá problemas drásticos de distribuição de água pra beber na próxima década e ambos continentes praticamente esgotaram suas paisagens naturais. E muito dessa crise se deve ao estilo de vida industrializante e de consumo já que os patrimônios naturais, incluindo a água, são matérias primas para produção dos utensílios (para produzir um computador, por exemplo, são necessários muitos litros de água, árvores e minérios).

Para mim, o ato de considerar a democracia como a solução para todos os problemas é um mito que está ruindo. A democracia, no máximo, pode ser um ponto de partida para construções e experiências articuladas com outras sociedades (indígenas, sucos tradicionais, ribeirinhas, quilombolas, ciganas, anarquistas, cooperativistas, campesinas, etc.).

Como o tema é polêmico e longo, limito-me a tentar desconstruir o mito da democracia como fim a ser atingido. Em uma perspectiva crítica, sua conquista pelos Estados-Nações contemporâneos vem repleta de dúvidas, tanto para os novos governos constituídos como para seus cidadãos. Esse sentimento acontece pelo fato de haverem muitos entendimentos, alguns divergentes, a respeito do termo DEMOCRACIA. Isso ocorre, principalmente, por suas elaborações intelectuais, distintas das praticadas em sistemas de democracia representativa, quer em suas formas de governo republicanas, ou mesmo, monárquicas.

Alguns países ditos “desenvolvidos” e “democráticos” (por sinal bem educados no

aspecto do ensino formal), integrantes das nações hegemônicas ocidentais, promovem guerras internacionais para impor a democracia a outras nações, as quais consideram como “autoritárias”. Há exemplos desses conflitos no Iraque, Venezuela, Afeganistão, Síria, Groenlândia, Mali e tantos mais. Outro grupo de nações, como alguns países sul americanos, quer aumentar a intensidade democrática por meio da participação política das comunidades e dos cidadãos nas esferas públicas com a inclusão cada vez mais profunda das pessoas nas decisões políticas. E, outros ainda, formam os cidadãos em assuntos técnicos para terem condições de discutir e decidir com o poder público temas especializados, como acontece na Dinamarca por meio das “Conferências de Consenso” que, na fase inicial, promove núcleos de estudos técnicos, preparatórios para os cidadãos leigos deliberarem em pé de igualdade com os governantes.

Enfim, a democracia plena é uma “utopia”, expressão criada para designar a república perfeita imaginada por Thomas More no século XVI e que intitula seu livro. Interessante que no mesmo momento Poma pensa em sua *Corônicas de Buen Gobierno* em uma república real de bases indígenas e europeias que contempla o respeito à natureza, entretanto seu pensamento foi desprezado até o século XX. Na concepção de república de More existe a ideia de que a natureza deve ser domesticada “pelo jardineiro fiel”, ideologia essa que amparou muitas políticas de nações ocidentais e que justificou o aniquilamento dos territórios naturais e culturais, principalmente na Europa e EUA potencializado posteriormente com o aprimoramento do capitalismo pela sociedade de consumo.

Entretanto, é saudável aumentar a intensidade da democracia para que, de fato, as necessidades-vontades das pessoas sejam cada vez mais contempladas, para que haja respeito pelas organizações sociais e o Estado busque o bem-estar de todos, mesmo que isso nunca seja alcançado completamente. Pelo fato de comunidades tradicionais terem sistemas políticos muito mais democráticos que a própria democracia praticada na maior parte dos países ocidentais, tais como em alguns sucos do Timor, o conceito de democracia atualmente tende a ser relativizado pelos estudos. Isso ocorre devido ao distinto entendimento de seu significado nas diversas culturas e países.

Existem centros de pesquisas que estudam a “demodiversidade”, ou seja, os diversos tipos de democracias existentes e suas intensidades. Segundo o entendimento dos investigadores do tema, há pelo menos 5 tipos de democracias identificadas: a representativa (utilizada no Timor-Leste, Austrália, Inglaterra, Portugal e na maior parte dos países ocidentais), a participativa (utilizada na Dinamarca, porém, ainda em experiência), a comunitária (criada e utilizada pelo Equador, Bolívia e Venezuela), a híbrida (participativa e representativa juntas, utilizada no Brasil e no Uruguai) e os sistemas políticos que podemos chamar de democráticos, utilizados por povos tradicionais (que também possuem características singulares próprias de cada grupo social, a exemplos das nações indígenas sul americanas e de alguns sucos no Timor).

É importante trazer à reflexão as diversas manifestações de sistemas que podem ser chamados de democráticos e suas intensidades de participação social como modo de registrar que as ciências, as sociedades e os governos têm um grande caminho a percorrer sobre a questão. Ao que parece, os estudos ainda são muito recentes e a possibilidade de observar a experiência de outras sociedades torna-se importante para renovar o velho conceito de democracia e buscar maior potência no sentido da justiça social.

Digo isso porque hoje a estruturação das democracias tende a se transformar em negócios internacionais mediados pelas Nações Unidas. Vemos exemplos pelo mundo, como no caso do Iraque, a famosa reunião entre grandes empresas em solo norte americano para discutir a divisão do futuro mercado consumidor da possível democracia iraquiana. Também no Timor-Leste, mais recentemente, implementando o modelo Inglês de democracia representativa já em crise na Europa

(e em muitas partes do mundo) que concentra poderes, é bélico, liberal em demasia no aspecto econômico-político e a pouca participação do povo, além de não ter suas prioridades atendidas. Esse modelo, de democracia eurocêntrica, é empurrado pela ordem internacional para os países em processo de democratização, enquadrados tal e qual ao gosto da rainha. E, a partir do consumo desse modelo de democracia, com seu pacote de negócios e exigências para haver desenvolvimento, tudo fica bem, estamos todos bem. Esse é o atual mito da democracia.

Entretanto, o Fórum Econômico Mundial realizado anualmente em Davos, Suíça, discutiu em 2015 uma “bomba” (de explosão paulatina e perene) divulgada pelo Credit Suisse, renomado instituto de pesquisas econômicas, em 2014. Os dados apontam que entre os anos 2000 e 2014 a riqueza financeira do mundo quase que dobrou. Porém, essa riqueza vem se concentrando nas mãos de 1% de indivíduos, e a maior parte desses indivíduos estão na Europa e EUA. Outro instituto Inglês, OX Word, calculou que na velocidade atual da concentração, em 2016 esses mesmos 1% de ricos cartografados irão deter 52% da riqueza mundial. Importante registrar que estes institutos são um tanto “conservadores” na medição dos dados e a riqueza analisada pelos institutos é a declarada, ou o dinheiro limpo (se é que existe isso).

E, tudo isso, sobre a salvaguarda da democracia representativa. Fiquei com vontade de estudar economia para entender tamanha injustiça e como se mantém a ordem econômica-política internacional sem um colapso multidimensional. Esse cenário autoritário da concentração de riqueza e conseqüentemente de poderes, construído por pessoas muito estudadas, diga-se de passagem, ocorre ao mesmo tempo em que a Bolívia e o Equador experimentam uma democracia comunitária, de bases e ideologias indígenas, conjugando a política com o sagrado. Segundo os índices da ONU (a mesma organização que também fomentou ali políticas democráticas-representativas-liberais), esses países estão indo muito bem, melhorando seus números históricos de pobreza e justiça social, em relação ao período que eram geridos por governos democráticos representativos das minorias brancas, que não passavam de caricaturas de outros sistemas políticos.

Os vícios do sistema democrático-representativo-liberal já podemos projetar em um Timor dos futuros megaprojetos de Parcerias Público Privado – PPPs. A exemplo, o Porto de Tibar, infraestrutura de Suai e o pólo de Oecussi, que prometem desenvolvimento e muitos empregos ao povo ao custo de enormes impactos socioambientais. Para um país pequeno como o Timor-Leste, embarcar nesse mito da globalização, será devastador para a cultura e para os sistemas políticos locais. Muito dos resultados desse processo já são casos de experiências vividas, principalmente nos países ditos em “desenvolvimento” e os resultados não são satisfatórios.

Precisamos de governos ousados, que governem com, para e pelo seu povo, porém em eterna dinâmica, não fixando o conceito de governação e desconcentrado poderes. A democracia representativa, que nasce influenciada pela corte inglesa do século XVIII, fruto da metamorfose do governo representativo monárquico, ganha impulso no século XIX e XX tornando-se um sistema político global. Entretanto, não cabe mais sua ideologia nos dias atuais em que se evidencia a interculturalidade, muito menos em países como Timor-Leste, com poderes nativos descentralizados, sentimentos ancestrais de respeito à natureza e formas tradicionais de resolução de conflitos.

Viva a Pacha Mama, viva os povos indígenas, viva o Timor-Leste e o saber ancestral dos sucos tradicionais.



Foto: Keu Apoema

Atilio Neto  
Professor (PQLP/CAPES)  
email: atilio.neto@usp.br